

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

MICROPOLÍTICAS CULTURAIS

Processos de subjetivação: Multiplicidades e Heterogeneidades. Editais e outras falas.

Pasqualino Romano Magnavita *

Resumo

Diferentes vertentes do pensamento contemporâneo vêm contestando a forma de pensar herdada da Modernidade. Novas lógicas e repertórios conceituais emergem e constituem novas formas de pensar e, entre elas, a Lógica da Multiplicidade enquanto expressão do pensamento rizomático adotado no texto. Coexistindo com o universo cósmico da infinitude, encontra-se o Mundo da representação, ou seja, o universo molar (macro) do Real e do Possível, da exterioridade e que tem orientado o pensamento ao longo de séculos na forma de pensar dual (Dialética). Coexistindo com estes universo, recentemente no campo dos saberes, vem se afirmando o universo molecular (micro). Justamente em relação a este último são feitas inferências e considerações, situando as práticas culturais enquanto micropolíticas e articuladas com os processos de subjetivação (interioridade) que expressam ações, paixões, desejos. São apontadas ausências no PNC e levantadas questões e sugestões relacionadas com as práticas oficiais de editais, e isso, no sentido de evidenciar a não percepção e exclusão de diferentes produtores culturais e outras implicações. No âmbito do espírito competitivo vigente, o texto pressupõe direcioná-lo para uma nova visão de mundo, e isso, no sentido de um novo posicionamento ético/estético.

Palavras-chave: Cultura, Micropolítica, Plano Nacional de Cultura, Editais,

Introdução

O texto parte do entendimento que existem três universos de diferentes escalas e naturezas: o **universo cósmico** (espaço sideral); o **universo macro** (molar) do mundo da representação (do Real e do Possível); e o **universo micro** (molecular). Vale ressaltar, todavia, que as expressões culturais, particularmente aquelas de natureza artística, seguem, ainda, e na forma de pensar, o percurso traçado pela condição moderna no âmbito do universo macro do mundo da representação, da fenomenologia, da lógica do sentido.

O texto parte, também, do pressuposto de que existem três formas de pensar e criar: a **Filosofia** criando conceitos; a **Ciência** novas funções (Functivos) – pressupondo variáveis, limites, enunciados, proposições e lógicas; e a **Arte** novas percepções (Perceptos) e Afetos, enquanto “blocos de sensações”. Estas formas de pensar e criar se cruzam e se entrelaçam, mas sem síntese nem identificação.

Trata-se de uma rica rede aberta que “(...) tem seus pontos culminantes, onde a sensação se torna ela própria sensação de conceito, ou de função; o conceito, conceito de função ou de sensação; a função, função de sensação ou de conceito (...), ou seja, o pensamento enquanto **Heterogênese** (Deleuze/Guattari, 2000, p. 254/255).

Entretanto, vale ressaltar que a forma de pensar ainda hegemônica expressa o pensamento inicialmente moldado pela Ontologia clássica do Ser, revisitada e desenvolvida pela Modernidade, enquanto herança coexistente com o pensamento contemporâneo, todavia, ainda sob a égide da lógica binária e do modelo arborescente de pensar (árvore/estrutura), pressuposto analógico que o pensamento faz de si para se orientar.¹

Diferentes vertentes do pensamento contemporâneo vêm questionando o Essencialismo, ou seja, o conceito de **Essência**, a permanência de algo, da “coisa em si”, conceito este que equivale ao de **Identidade** (do Mesmo, do Igual) e situado no mesmo plano filosófico (Plano de Imanência) e integrando o seu repertório conceitual (Unidade, Totalidade, Ordem, Organismo, Estrutura, entre muitos outros conceitos) herdado da Modernidade. Entretanto, considerando o universo micro, esses conceitos perderam a hegemonia que por séculos tiveram, pois, no universo micro, movido por uma permanente dinâmica da existência, de contínuas transformações, “**não existem coisas em si, as coisas são relações**” e resultam de multiplicidades de heterogeneidades de conexões, num processo sem princípio nem fim, pois, as coisas enquanto relações encontram-se sempre no **Meio** das circunstâncias, no **Entre**, no **Intermezzo** de imprevisíveis e indeterminadas conexões. Pressuposto este que vem permitindo a afirmação da **Lógica da Diferença** e que recebeu diversas denominações equivalentes: **Lógica da Multiplicidade, Pragmática, Micropolítica, Estratoanálise, Esquizoanálise, Rizomática** (Deleuze/Guattari, 2004, p. 34).

O essencialismo foi questionado inicialmente com a adoção do “Princípio da Incerteza”, também denominado “Princípio da Indeterminação”, proposto pelo físico Heisenberg em 1927 e que contaminou diferentes áreas disciplinares, induzindo as “formações discursivas” de diferentes áreas de conhecimento para o universo micro, a exemplo da microfísica (física quântica), microbiologia, microsociologia, micropolítica, micro-história entre outras, ou seja, saberes em nova dimensão epistemológica. A existência de uma micropolítica cultural é um acontecimento muito recente e sua aplicação se revela, ainda, de pouca relevância.

Os saberes constituem estratificações históricas, sedimentações, acumulações, coagulações, dobramentos, de diferentes naturezas: estratos físicos, químicos, biológicos e, no sentido cultural, **estratos antropomórficos**. Os estratos possuem grande mobilidade, pois, são articulações (dupla articulação) a guisa de uma pinça. Pois, cada estrato é composto de meios codificados e substâncias formadas, ou seja, formas e substâncias, códigos e meios, e isso, enquanto componentes abstratos de qualquer articulação. Segundo Foucault, os saberes enquanto estratificações históricas pressupõem duas formas: “**Formas de expressão** (o que se diz, as palavras) e **Formas de conteúdo** (o que se vê, as coisas), e isso, enquanto exterioridades no universo macro do mundo da representação e que Deleuze/Guattari denominam “**Agenciamentos coletivos de enunciação**” (sistema semiótico, regime de signos) e “**Agenciamentos maquínicos**” (sistema pragmático de ações e paixões: o que se faz).

Contudo, os saberes, enquanto disciplinas se tornam indissociáveis das relações de poderes, ou seja, de redes difusas de micropoderes e que se caracterizam por sua interioridade, isto é, pela invisibilidade de suas presenças, pois, o poder não vê e não fala, mas, faz ver e falar. Poderes no sentido de composição de forças, redes, diagramas de fluxos de intensidades que afetam e são afetados, e que perpassam os saberes e os

arrastam. Essa relação saber/poder, constitui o “**Fora**” (Foucault).

Outra variável que se torna, também, indissociável da relação poder/saber e que detém um relevante papel na produção cultural, diz respeito à **Subjetivação**, ou seja, melhor dizendo, aos **processos de subjetivação**, os quais produzem a dimensão interna, “**o Dentro**”, e isso, tanto em instâncias individuais quanto coletivas e que emerge como “**território existencial auto-referente**”. A subjetivação, enquanto processo, resulta da superação da hegemonia do conceito Sujeito enquanto “coisa em si” e potencializado pelo Cogito cartesiano, pois, ele é produzido, construído socialmente em uma determinada formação social (no tempo histórico e no espaço social). A subjetivação torna-se indissociável da relação Saber/Poder, Portanto, sempre nos encontramos na presença dessa tríade que a existência nos impõe: Saberes/Poderes/Subjetivações e dependendo da forma de pensar e agir, a vida se torna um processo de sujeição permanente ou, então, voltada para uma justa emancipação social.

O título do texto Micropolíticas Culturais objetiva, justamente, sair do entendimento da produção cultural concebida e herdada da Modernidade, particularmente, enquanto produção artística. É bem verdade que a cultura em seu entendimento macro do mundo da representação continua coexistindo e se apresenta ainda hegemônica, todavia, um aprofundamento dessa produção em sua dimensão molecular se torna necessário. Vale Salientar que o termo micro não tem aqui o sentido de miniaturização da produção cultural macro, atribuindo-lhe uma escala menor seja ela regional e/ou local e até mesmo individual do mundo da representação, mas, de sua aparente invisibilidade, e isso, enquanto multiplicidades e heterogeneidades de manifestações culturais não percebidas e, conseqüentemente excluídas e, todavia, coexistentes no universo macro da representação, pois, existem manifestações culturais marginalizadas que superam as limitações impostas pelo Tempo dimensional (Cronos) e celebram o **Instante** da criação, do Acontecimento, do Devir-outro da cultura e a infinitude do Tempo, ou seja, a **Eternidade** (Aion). 2

Vale lembrar que no seio da **Lógica da Diferença**, as coisas enquanto relações se repetem diferenciando-se, pois, nada permanece igual, as coisas se transformam, mudam. No universo discursivo atual, o conceito de **Identidade** emerge com enorme freqüência e vem sendo utilizados tanto por aqueles que detêm os poderes (Identidade da Nação, do Congresso, do Partido, da Cidade, por exemplo), quanto pelos segmentos marginalizados (Identidade do índio, do negro, do MST, entre outros). Vale ressaltar no mundo da representação que o conceito de Identidade apenas se apresenta enquanto mero reconhecimento, reconhecimento, e isso, no sentido atribuído pela matemática a qualquer objeto que considera em sua exterioridade: $A=A$. Na história da filosofia, o conceito de **Diferença** sempre esteve subordinado ao conceito de Identidade e também ao de Unidade, Totalidade, entre outros, pois, só recentemente o conceito Identidade vem progressivamente perdendo sua hegemonia ontológica em relação ao conceito Diferença evidenciado pelo pensamento contemporâneo.

Contudo, as coisas, no entendimento molecular mudam, elas não permanecem idênticas, pois, se repetem na Diferença. Via de regra, no cotidiano da produção cultural ocorrem diferenças de grau e/ou de nível e com muito menor freqüência diferenças de natureza, e isso, apenas quando emerge um acontecimento, uma criação, um Deviroutro, pois, a história da cultura é a história das diferenças, de Acontecimentos, criações, Devires-outros.

Outras falas

Primeira

Essa introdução conceitual nos leva a tecer algumas inferências, pressupostos, críticas e, até mesmo, sugestões em relação à produção cultural em geral e ao **Plano Nacional de Cultura – PNC**, em particular.

Começaremos pelo PNC que se encontra em tramitação no Congresso Nacional, expressando a vontade política do atual aparelho de Estado. Plano elaborado com a participação de diferentes segmentos da sociedade civil que, via de regra, preserva os hábitos culturais, concebendo e reproduzindo com diferenças de grau e/ou nível os hábitos culturais do pensamento herdado da Modernidade (dual e arborescente).

A analisando o mencionado Plano, metaforicamente, com a lupa do novo entendimento acima exposto, afloram omissões, vazios, esquecimentos e entre eles, podemos assinalar os seguintes: - ausência do estabelecimento de prioridades; fragilidade do diagnóstico que serviu de apoio à elaboração do Plano; os conceitos discursivamente utilizados não possuem um entendimento rigoroso; esquecimento de diferentes segmentos de expressões artísticas, tais como: arquitetura, artesanato, circuitos alternativos, consumo cultural das periferias urbanas, culturas digitais, culturas eruditas, culturas excluídas e marginalizadas, design, distribuição da cultura, literatura, mídia e cultura midiática, propriedade intelectual e relação entre cultura e educação 3. Inclusive, a ausência de um Sistema Nacional de Cultura – SNC que vem se tentando implantar.

Não há como considerar, por mais tempo, as políticas culturais no seio de uma Totalidade unitária, sob a égide da **Unidade** e da **Identidade**, como se denota no PNC, ou seja, do Todo e de suas Partes que nele se encaixam a guisa de um quebra-cabeça. Totalidade essa herdada da modernidade e que pressupõe um controle formal sobre a mesma. Diversamente, na lógica da Diferença, o conceito de Totalidade assume uma outra conotação: **Totalidade Segmentaria** e que alguns teóricos denominam de Totalidade Fragmentária. Pode-se dar a esta totalidade o seguinte entendimento: coexistência de Multiplicidades e Heterogeneidades de elementos de um conjunto (no caso, a Nação), os quais se articulam em conexões imprevisíveis e indeterminadas, podendo ocorrer: sobreposições, contaminações, hibridações, zonas de vizinhança, temporalidades diferentes entre eles, e isso, enquanto alguns desses elementos desaparecem e outros emergem, revelando permanentes transformações, acontecimentos, criações, Devires-outros da dinâmica dos processos culturais.

A Lógica da Diferença (da Multiplicidade, da Heterogeneidade) em sua vertente filosófica adotada pelo autor deste texto, enquanto pensamento rizomático⁴, sendo o conceito Rizoma fundamental para entender a superação do pensamento herdado da Modernidade, pois, tal pressuposição configura os processos culturais, situando-os no **Meio, Entre, no Intermezzo** das circunstâncias. Pois eles não começam simplesmente e acabam, pois, encontram-se sempre no meio e promovem imperceptíveis rupturas as significantes em lugar de cortes significantes. Trata-se de entender que: “(...) A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo ‘ser’, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ (...) instaurar uma lógica do E, reverter a ontologia, destruir o fundamento, anular o fim e começo” (Deleuze/Guattari, 1995, p. 37).

Os hábitos comportamentais do mundo da representação, enquanto percepção macro da produção cultural são marcados por saberes, poderes e processos de subjetivação, e isso, enquanto sujeição aos modos de uma vida sedimentada, envolvendo, no caso do citado do PNC, uma noção que merece uma oportuna explicitação, pois, em última instância o PNC emana do **Aparelho de Estado**. Eis o que se entende por ele:

“(…) o aparelho de Estado é um agenciamento concreto que efetua a máquina de sobrecodificação de uma sociedade. Essa máquina, por sua vez, não é, portanto, o próprio Estado, é a máquina abstrata que organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas e os saberes dominantes, as ações e sentimentos conformes, os segmentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, sua conversibilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de um nos outros e sob que prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que a efetua em um campo social. (...) Por isso, sobre a linha de segmentação dura deve-se distinguir os *dispositivos de poder* que codificam os segmentos diversos, a *máquina abstrata* que os sobrecodifica e regula suas relações, o *aparelho de Estado* que efetua essa máquina” (Deleuze/ Parnet, 1998, p. 150/151).

Entre outras considerações até aqui apresentadas, outro pressuposto merece registro, pois, nos processos da existência somos atravessados por diferentes linhas (fluxos de intensidade, diagramas de forças) e que nos constroem, nos fabricam e nos situam no contexto social, são elas: **linhas duras**, **linhas flexíveis** e **linhas de desterritorialização** (linhas de fuga) e que caracterizam os processos de subjetivação individual e/ou coletiva. As linhas duras se configuram nos dispositivos de controle das **Sociedades Disciplinares** estudados por Foucault: a família, a escola, a fábrica, a caserna, o hospital, a prisão, etc, espaços estes confinados e que ainda continuam existindo, todavia, com menor importância e contribuem na construção das subjetividades. Hoje, entretanto, nas “**Sociedades de Controle**”, esses dispositivos e processos se configuram em espaços abertos e se encontram sob a égide dos processos midiáticos das tecnologias avançadas e que nos prendem e seduzem, pois, segundo a metáfora deleuzeana nessas sociedades de controle, somos portadores de “coleira eletrônica”.

Por sua vez, as linhas flexíveis nos colocam no limiar dos processos moleculares de angustiantes desejos, de ações e paixões e tentativas que inspiram mudanças, desterritorializações e que, todavia, nos mantêm territorializados. Por fim, as linhas de desterritorialização que nos permitem fugir, arrastando-nos para outras territorialidades, no sentido de Acontecimento, Devires- outros em nossa existência.

Analisado cuidadosamente o Plano Nacional de Cultura - PNC torna-se possível notar que ele expressa um conjunto maior de linhas duras, algumas poucas contribuições flexíveis e, praticamente, nenhuma efetiva desterritorialização, pois ele foi codificado por segmentos da sociedade civil, e está sendo sobrecodificado pelos dispositivos de poder e, se espera, será efetivado pelo aparelho de Estado vigente. A propósito, basta registrar a recente Lei Complementar 128/08, referente à elevação dos Impostos da Cultura no Brasil, um verdadeiro acinte à produção cultural no país, e mais, a redução em 78% do já parco orçamento do Ministério da Cultura.

Segunda

Ao lado dessas considerações nos deparamos com a importância dada no âmbito cultural, ao espírito competitivo que emana da atual “Sociedade de Controle” do capitalismo informacional pós-industrial. Pois, no âmbito do pensamento dual ainda dominante, privilegia-se o espírito competitivo, ou seja, a **competição** na trilha da acirrada concepção seletiva darwiniana, no caso, a luta pela sobrevivência entre produtores culturais e que exprime um dos axiomas do Capitalismo, ou seja, a necessidade da existência de vencedores e vencidos, a sobrevivência do mais forte.

Axioma evidente por si mesmo não exigindo demonstração. A expressão banalizada: “o importante não é vencer, mas, competir”, constitui um falso entendimento e que, todavia, esconde o verdadeiro sentido de uma sociedade que se demonstra extremamente competitiva em todas as suas instâncias e segmentos, tanto nas atividades econômicas, sociais e políticas, quanto nas atividades de natureza artística, científicas e filosóficas e todas elas passam pelo viés da competição. Além disso, essas atividades competitivas de diferentes naturezas, via de regra, proporcionam um maior nível de poder dos vencedores e que acabam produzindo a condição de mercadoria. E isso tem se tornado tão visível nas práticas científicas (disputas entre centros de pesquisa, laboratórios, tecnologias, patentes e serviços); nas práticas artísticas (música, cinema, artes plásticas, literatura, dança, entre outras manifestações culturais); também, nas práticas esportivas e em muitas outras manifestações culturais de massa e que potenciam o mercado e o consumo (carneval, festas juninas, natalinas, entre outras).

A importância dada aos editais promovendo a competição entre diferentes segmentos culturais, confirma essa “seleção natural” exigida e inalienável do mundo da representação, do vencedor e do vencido, da luz e da sombra, do Bem e do Mal. Do Verdadeiro e do Falso, do Belo e do Feio. Há mais de um século, Nietzsche exortava o pensamento a ir além do Bem e do Mal, e entender as relações que se caracterizam pela invisibilidade de seus propósitos: a Vontade de Saber enquanto Potência (Poder). Hoje, esses propósitos são entendidos como relações de forças, fluxos de quanta, intensidades, micro ações, desejos nos processos moleculares de subjetivação, no âmbito das redes de poderes e saberes dominante. A competição sendo um axioma da atual sociedade capitalista e tida como algo inalienável dessa realidade a guisa de seu motor, e ao mesmo tempo um insubstituível dogma, tentar remove-lo, no âmbito de uma nova visão de mundo, de uma nova ética, (na concepção deste autor), acaba sendo uma mera utopia, um despropósito que não teria sentido.

Em tese, mesmo admitindo, ainda hoje, a inevitabilidade das competições evidenciada pelo tipo de editais vigentes no âmbito da cultura, o importante, por enquanto, é apostar em empreendimentos que levem a produção cultural para além desse dualismo de vencedores e vencidos, de premiados e derrotados, dos mais competentes e dos menos competentes, mas, fomentar ações e atividades que devem ser agentes da construção de subjetividades individuais e/ou coletivas e, portanto, indo além das alegrias e decepções que a dualidade competitiva comporta, fugindo das exigências e controles vigentes, visando um maior grau de emancipação social.

Terceira

Tomemos um exemplo de omissão de ações e atividades culturais orientadas para específicos segmentos sociais: portadores de necessidades especiais, por exemplo, (paraplégicos, cegos, mudos, surdos entre outras limitações). Vale salientar que recentemente, para estimular as atividades físicas em nível esportivo desses segmentos, foram criadas competições locais, nacionais e internacionais em nível de olimpíadas, embora em nível de atividades artísticas e culturais, muito pouco se tem avançado ou demonstrado efetivo atendimento para esses segmentos, via de regra, com raríssimos exemplos tais segmentos encontram-se excluídos de atividades culturais específicas.

Junto com essas minoria, outras ainda continuam a não serem incluídas nos processos culturais a exemplo das culturas nômades, etnias, periferia urbanas, quilombos, entre outros segmentos, inclusive, pouco se fala de suas trajetória, de suas história. “(...) escreve-se a história, mas ela sempre foi escrita do ponto de vista dos sedentários, e em nome de um aparelho unitário de Estado, pelo menos possível,

inclusive quando se”. falava sobre nômades. O que falta é uma Nomadologia” (Deleuze/Guattari, 2004, p.35).

Quarta

Vale salientar que os processos de editais, além de estigmatizados pela condição competitiva eles se caracterizam pela homogeneização dada aos que competem e pela falsa pressuposição da igualdade de oportunidades. Questão que gera para aqueles que procuram competir uma terrível sentença: “Quem não tem competência não se estabelece”, refrão este comumente aceito sem questionamento pelo senso comum e que revigora a competição. Entretanto, Para a Lógica da Diferença, não é a **Competência** que prevalece, pois, ela se fundamenta na reprodução de conhecimentos sedimentados e aceitos, a guisa de um decalque. Para esta lógica o que prevalece é a **Performance**, no sentido da criação, de um devir-outro da cultura. A competência se afirma pelo caráter sedentário dos saberes que se manipulam, pois, quando se diz que alguém é competente isso significa que possui um comprovado conhecimento daquilo que se admite como consensual, sedimentado e aceito. Pois, se alguém rompe o círculo do conhecimento estabelecido, criando algo de novo, a própria história do conhecimento nas suas três formas de pensar e cria: a Filosofia, a Ciência e a Arte, têm demonstrado quanto tal atitude tem demonstrado não apenas contestações, mas, até ameaças, prisões e condenações. Por sua vez, quando se fala de competência criativa, tal expressão deve ser entendida como reprodução de conhecimentos, repetição com diferenças de nível e/ou grau, nunca diferença de natureza enquanto Acontecimento, criação, nas relações de novos saberes/contra-poderes e novos processos de subjetivação no sentido de emancipação e nunca de contínua sujeição.

Quinta

Além da homogeneização competitiva, de regra, salvo algumas exceções, não existe nos processos que proclamam editais, a intenção de induzir para a escolha temática, ou seja, temas emergentes em diferentes atividades culturais e que viessem a contribuir para o desenvolvimento cultural, sejam eles de interesse nacional, regional ou local. À homogeneização competitiva vigente, resulta em uma dispersão temática movida por interesses daqueles que disputam e, de regra, não passam, na maioria das vezes, de escolhas repetitivas e que oferecem apenas diferenças de grau e/o de nível em suas propostas. Estabelecer temas, por exemplo, exigiria oferecer aos interessados, o tempo necessário para que os produtores culturais possam aprofundá-los com estudos e pesquisas.

A propósito, tomemos o exemplo do recente edital para o “Desenvolvimento de Roteiros de Longa Metragem”, promovido pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia - SECULT/BA e que provocou alarmante discórdia. Apresentar “um projeto” de roteiro é uma coisa, outra é apresentar um roteiro que exige muitas tarefas e empenho, definição de localizações, consultas, pesquisa específicas, previsão orçamentária, cronograma e, portanto, muito tempo de elaboração. Nos editais de **projetos** de pesquisa promovidos pelo CNPq no universo científico, não se exige o desenvolvimento do projeto, mas, apenas os tópicos indispensáveis contidos no projeto para o seu desenvolvimento, e isso, apenas em nível de projeto. Uma vez selecionado, CNPq oferece aos aprovados, nesta instância, uma bolsa de produtividade em pesquisa. Esta prática poderia, também, ser aplicada no caso do referido edital de roteiros. Ou seja, concessão de bolsas, permitindo, assim, o desenvolvimento de “projeto” de roteiro, que

inicialmente seriam submetidos à seleção para a aprovação e, em uma segunda etapa, se selecionado, obter os recursos estipulados para a produção do filme. Nesse caso o tema deverá ter uma importância fundamental, seja pelo seu caráter de ineditismo e inserção criativa na problemática sócio/cultural do país.

Sexta

Outro tópico que merece atenção e expressa a condição de exercício de poder e que nos processos de editais, justamente por sua invisibilidade pública é pouco questionado, diz respeito à constituição do Júri de seleção, ou seja, a composição daqueles que irão decidir. Com raras exceções, para o público em geral, o processo decisório funciona a guisa de uma “caixa preta”, Não existem critérios bem definidos, há muita indução, preferências, bloqueios, vetos, incompatibilidades de idéias, às vezes até cooptação e cujo resultado das decisões passa a ser inquestionável, inapelável, garantido, assim, a autonomia da decisão do Júri constituído. Dependendo do envolvimento, importância e repercussão social da promoção cultural, muitas vezes para evitar a soberania do júri constituído por grupo detentor da indicação dos membros do Júri Oficial e dos próprios jurados, muitas vezes, para tentar garantir uma decisão menos erudita e, até mesmo, para testar o resultado oficial, forma-se um Júri Popular e cujos resultados nem sempre concordam com os resultados do Júri Oficial. A questão não consiste em estabelecer a dicotomia de dois júris, um erudito e outro popular, mas a simultaneidade da composição do júri. Para tanto, existem técnicas adequadas: consultas prévias a grupos estabelecidos ou emergentes no setor específico do edital em questão, assessorias, sorteios, rodízios, entre outras práticas existentes.

Sétima

Outra questão diz respeito ao impasse de natureza jurídica e de impróprias exigências burocráticas e técnicas que amarram e sufocam os resultados, encaminhamentos e produtos finais de editais culturais, particularmente, aqueles de natureza artística. Pois, são concebidos e tratados se fossem obras públicas de engenharia civil, de equipamentos e prestação de serviços de manutenção. Não existe ainda sensibilidade do poder judiciário para uma percepção micro e específica das produções culturais, e isso, para não falar aqui e agora sobre a questão dos **Direitos Autorais**, e isso, em diversos setores culturais envolvendo suas produções em diferentes graus e níveis.

Oitava

Outra questão que merece destaque e que de regra permanece de certa forma omissa, salvo poucas iniciativas, diz respeito à homogeneização dos editais em relação à faixa etária. Neste sentido temos outro exemplo do CNPq com a criação de editais para jovens cientistas e que estabelece um limite de idade para concorrer (35 anos). No universo de expressões artísticas, diferente do universo científico, a faixa etária em diferentes setores deveria alcançar também os adolescentes e jovens artistas, articularmente em áreas socialmente carentes.

Nona

Vale salientar que no campo da produção cultural, o caráter dual se reproduz entre a produção cultural pública e a iniciativa privada. Neste sentido, a produção cultural da iniciativa privada tem avançado consideravelmente, independente das parcerias estabelecidas com o poder público, pois, ela, enquanto produtora de eventos culturais visa além do retorno proporcionado pelo marketing publicitário, transforma as manifestações culturais em mercadoria. Neste sentido, vem promovendo a implantação de grandes conglomerados culturais em diferentes setores de expressões artísticas, constituindo, assim, potentes redes da indústria cultural no universo da produção e do consumo.

Décima

Observando a produção cultural como uma Totalidade segmentaria, nota-se que a mesma preserva, na maioria das manifestações, a valorização isolada dos diferentes segmentos (artes plásticas, música, teatro, cinema, entre outros, enquanto segmentos específicos). Não há propriamente editais que promovam, especificamente, atividades **inter-setoriais** (como ocorre no universo científico da interdisciplinaridade.). De fato quando ocorre uma manifestação cultural, por exemplo, musical, outros setores (dança, artes plástica, teatro, cinema, etc.) se encontram presente e colaboram. Entretanto, outra coisa é realizar um projeto em que diferentes setores participam, todavia, não como atividade complementar, mas, efetivamente e responsabilizando-se em conjunto pela manifestação cultural. Nesse caso, trata-se de vencer o exasperado sentimento da individualidade que tem marcado a produção cultural enquanto herança do passado.

Dissolver essas barreiras setoriais, não parece tarefa tão fácil, pois, a subordinação e ahierarquia setorial ainda prevalecem.

Décima primeira

Por fim, torna-se evidente, que em lugar de incrementar licitações, a produção cultural pública deveria voltar sua atenção para práticas que desenvolvessem a construção de subjetividades individuais e coletivas, visando a relação Educação X Cultura. Neste sentido, não basta preparar redes de agentes culturais, de recursos humanos voltados à formação e ao desenvolvimento de práticas culturais sob a égide do Estado ou da iniciativa privada. A questão exige que esses agentes se apropriem de uma nova forma de pensar e, também, evidenciem nessas práticas culturais uma visão de mundo no sentido, e isso, no sentido de afirmar a emancipação social dos produtores culturais. Do contrário, teremos a reprodução, o decalque das práticas culturais vigentes e que de regra são promotoras de formas de sujeição sejam elas veladas e/ou simuladas. Trata-se de uma construção molecular de micro ações e desejos que requerem uma específica iniciação às práticas culturais mais democráticas.

Portanto, o importante seria superar o axioma da competição, retirando-lhe o seu caráter hegemônico na produção cultural atual e investir em práticas educacionais voltadas para ações culturais, promovendo, assim, uma nova ética, um Devir-outro criativo da cultura, evitando, assim, a sujeição que as atuais “Sociedades de Controle” com seus processos midiáticos proporcionam e que procuram nos mantêm presos à invisível “coleira eletrônica”.

Por fim, este ensaio crítico procurou evidenciar alguns tópicos dos processos culturais no universo da micropolítica cultural, objetivando a intenção da eliminação dos processos de sujeição que emanam dos saberes/poderes ainda hegemônicos, ao

tempo em que sugere a adoção um posicionamento **ético/estético** e que Félix Guattari chama de “Revolução Molecular”, enquanto “pulsações políticas do desejo”.

Notas

1 Alguns pensadores contemporâneos denominam o pensamento herdado da Modernidade de arborescente, e isso, no sentido analógico de conceitos hegemônicos das formações discursivas sob a égide da lógica binária, tais como: Unidade, Identidade, Todo, Parte, Totalidade, Continuidade, Organismo, Evolução-linear, Estrutura, Princípio (origem), Fim (morte), reprodução (filiação, genealogia), Causa / Efeito, entre outros.

2Deleuze, em *Lógica do Sentido* (1969) e em vários de seus escritos posteriores, superando a concepção tradicional do conceito de Tempo dimensional: Passado, Presente e Futuro se refere à coexistência de outra concepção de Tempo: o Instante e a Eternidade (Aion), Tempo não mensurável.

3Ver documento “Contribuição ao Plano Nacional de Cultura” elaborado pelo Conselho Estadual de Cultura do Estado da Bahia / 2008.

4 Rizoma, conceito desenvolvido por Deleuze/Guattari em “Mil platôs, Capitalismo e Esquizofrenia”. O pensamento rizomático e sua *Lógica da Multiplicidade* se contrapõe à *Lógica binária* e ao modelo arborescente de pensar. ‘(...) Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo “ser”, mas o rizoma tem como tecido a conjunção ‘e... e... e...’ há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desraizar o verbo ser” (p. 37).

REFERÊNCIAS

CERTEAU, Michel. – *A invenção do Cotidiano*, Artes de fazer, Editora. Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles – *Conversações*, Rio de Janeiro, ed. 34, 2000.

DELEUZE, Gilles, **FELIX**, Guattari – *Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia*, Rio de Janeiro, Editora 34, v. 1, 1995.

GUATTARI, Félix – *As Três Ecologias*, Rio de Janeiro, editora 34, 1993.

----- **Revolução Molecular: pulsções políticas do desejo**, São Paulo, Editora Brasiliense, 3ª. Edição, 1987.

----- **Caosmose, um novo paradigma estético**, Rio de Janeiro, Editora 34, 1993.

DELEUZE, Gilles- **PARNET**, Claire, **Diálogos**, São Paulo, ed. Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel – *As palavras e as coisas*, São Paulo, Ed.Martins Fontes, 1981.

----- **-Arqueologia do Saber**, RJ, editora Forense- Universitária, 1987.

----- **Vigiar e Punir**, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 20ª. Edição, 1997.

----- **Ética, Sexualidade, Política**, RJ, ed. Forense-Universitária, 2006.

----- **Os Anormais**, São Paulo, ed. Martins Fontes, 2002.

HARVEY, David, - **O Novo Imperialismo**, São Paulo, Editora Loyola, 2004.

LINS, Daniel- **PELBART**, Peter (orgs.) – **Nietzsche e Deleuze, Bárbaros, Civilizados**, São Paulo, Editora, Annablume, 2004

PLANO NACIONAL DA CULTURA – Brasília, MINC, 2008.